

SEMINÁRIO POLÍTICO - FINAL

DF incrementa a economia de Goiás

Região geoeconômica só sobrevive pela atuação do Palácio do Buriti

N "ós não pesamos sobre Goiás, Goiás é que pesa sobre Brasília." A afirmação é do empresário Osório Adriano, uma das personalidades que participaram da mesa-redonda realizada no CORREIO BRAZILIENSE para abordar alguns dos temas que serão levantados no seminário Representação Política — O Direito de Votar — que este jornal, a Rádio Planalto e a TV Brasília promovem nos dias 5 e 6 deste mês.

Segundo o empresário, é falsa a idéia de que o Distrito Federal gera problemas para o Estado de Goiás. Ele defende o DF e acha que Brasília é que está ajudando o Estado de Goiás, quando oferece equipamentos e infra-estrutura extensiva à região do Entorno. "É só ver a atuação da Telebrasil e do Banco Regional nas vastas regiões do Estado vizinho". Na sua opinião, é preciso pensar primeiro em Brasília e depois nas outras regiões. "Nós temos de cuidar em primeiro lugar dos nossos pobres".

Na segunda e última parte do debate que o CORREIO publica hoje, outra personalidade da cidade, o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — seção Distrito Federal — (OAB/DF), observa não ser verdadeira a afirmação de que o Distrito Federal não está politicamente organizado. "Quando vier a representação política, nós do Plano Piloto, que estamos muito sossegados, vamos ficar chupando o dedo. Os moradores das cidades-satélites já estão bem organizados.



Opinião geral: "Nós temos de cuidar de nossos pobres, e depois pensar nos outros"

CORREIO — Discute-se muito a questão da dependência de Brasília ao poder federal. Existe alguma dualidade entre autonomia política e dependência financeira?

Décio Munhoz — Eu acho que é um risco esta dualidade. Brasília realmente depende muito dos recursos federais e a experiência até agora demonstra que a distribuição de recursos se dá de forma autoritária. Mas, estamos em uma nova fase. Em Brasília é preciso pensar em mecanismos compensatórios, de forma que os recursos sejam distribuídos balanceadamente, de acordo com as necessidades. Não podemos permitir que a macrorregião de Brasília transforme-se em microrregião, com todos os problemas da geoeconômica. A autonomia política, a nível das cidades-satélites, exige estes mecanismos públicos.

CORREIO — Em termos de finanças públicas é possível o estabelecimento de critérios de compensação?

Décio Munhoz — Não existe nenhum problema. E preciso encontrar alguma solução. Brasília possui uma sobrecarga que nada tem a ver com sua comunidade, mas sim com o nível federal, já que abriga o poder.

Pompeu de Souza — Esta questão da dependência financeira e da autonomia política encontra um exemplo mais ou menos recente no antigo estado da Guanabara. Com a mudança da capital para Brasília, a União continuou a pagar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, através de aportes de recursos.

Décio Munhoz — E, mas o caso da Guanabara era complicado e à medida que as cidades-dormitórios da baixada fluminense agregavam-se à antiga capital elas começaram a exigir certos gastos que o Governo Federal não fazia. Eu acho que não há, para resumir, incompatibilidade entre dependência financeira e autonomia política. Agora, eu acho fundamental ver também que os problemas do Entorno são gerados por Brasília ou porque a Capital da República possui melhores equipamentos comunitários ou então porque a distribuição de recursos é feita de forma desigual entre o Governo Federal e os governos estaduais.

Com a representação política — e isto tem de ficar claro — nós não podemos pegar os investimentos da macrorregião e alocá-los em microrregiões. Para evitar as distorções, os mecanismos compensatórios serão inevitáveis.

CORREIO — É mais fácil chegar a uma conclusão sobre a

forma da representação política do que dos chamados mecanismos compensatórios?

Décio Munhoz — Eu acho que não. A primeira questão é que com a representação política o Governo Federal não pode discriminar Brasília. A segunda, são mecanismos que possibilitem a cada localidade ter o seu equipamento urbano, sem haver prejuízo para nenhuma delas. Tem de haver um equilíbrio e a própria Assembleia Legislativa seria um fórum para discutir o assunto.

Osório Adriano — Em primeiro lugar quero voltar às colocações do Décio. Eu não aceito a idéia de que o Distrito Federal gera problemas para o Estado de Goiás. Recentemente, eu vi o senador Mauro Borges abordando este problema pela televisão. Esta idéia também foi manifestada por Iris Rezende. Apesar de todo o respeito que estas personalidades merecem, eu acho que ocorre o contrário nesta relação Brasília e Goiás. Eu defendo o Distrito Federal e acho que ele está ajudando o Estado de Goiás. Todas estas pessoas da zona rural buscam instrução, hospital e meio de vida mais condizente em Brasília. Nós não pesamos sobre Goiás:

Pompeu: "Se a legalidade for respeitada, esta questão do prefeito não ser amigo do governador acaba não tendo muita consequência. Existindo a lei, ela deve ser cumprida".

Goiás é que pesa sobre Brasília. É só ver a atuação da Telebrasil e Banco Regional por vastas regiões do estado. Nós sempre temos de pensar primeiramente em Brasília e depois nas outras regiões. Resumindo, nós temos de cuidar em primeiro lugar dos nossos pobres.

Décio Munhoz — Não podemos esquecer as centenas de pessoas, por exemplo, de Luziânia que trabalham em Brasília.

Pompeu de Souza — Eu acho que não há relação de culpado entre Brasília e Goiás. Ambos se beneficiaram e tiveram pro-

blemas com a criação da Capital da República. Esse problema social tem de ser resolvido em esfera federal, através de convênios entre o Governo Federal, GDF, Goiás e Minas Gerais.

Osório Adriano — Isto sim. O que não se pode admitir é o pessoal do Entorno jogar as responsabilidades para o Governo do Distrito Federal. Ai eu não concordo.

Mas vou voltar ao tema autonomia política. Nós precisamos chegar a uma representação bastante ampliada conforme eu já falei inicialmente. Nós estamos pedindo ao nosso futuro presidente que nos dê um governador comprometido com a cidade. Se nós tivéssemos representação não estaríamos pedindo e, por isso, ela é importante. Nos últimos 20 anos o GDF serviu como um donativo, como um presente à lealdade ao presidente eleito.

Eu quero lembrar que o Distrito Federal tem uma receita própria com a qual cobre apenas 50% do seu próprio orçamento. As satélites não têm receitas, talvez, de 5% de seu orçamento. Vamos imaginar que amanhã seja eleito um prefeito de uma cidade-satélite que não comungue das mesmas idéias do governador. Este, por sua força, poderia exercer o papel de tirano em cima do prefeito. Como a cidade sobreviveria? Eu penso nesses problemas quando falo em uma representação que se amplie gradativamente. Temos de pensar muito para não incorrer em erros graves. E isso que eu queria esclarecer.

CORREIO — Os empresários teriam receio ante a possibilidade de manifestações maciças de rua liberada pela polícia?

Osório Adriano — Movimentação de rua, comício, greves fazem parte da vida democrática. Cada setor tem o direito de se manifestar e defender os seus interesses. Não vejo nenhum problema nisso.

Geraldo Magela — Eu queria também abordar ligeiramente esta questão da autonomia. Se o Distrito Federal tem privilégios na distribuição de recursos, com a representação nós temos de continuar lutando por eles. É lógico que Planaltina, por exemplo, não tem condições de manter o seu orçamento. Temos de ter claro que quando se discute autonomia, precisamos também ter as soluções. O controle de orçamentos feito pelos governadores — conforme Osório discute — é muito fruto da situação política de hoje.

Pompeu de Souza — Os orçamentos são controlados, na verdade, pela Seplan.

Geraldo Magela — Com a constituinte, há possibilidade de regulamentar a distribuição de recursos para o Distrito Federal.

Osório Adriano — Você, Magela, não pode manter os privilégios se brigar com o governador. Nós temos de assumir a responsabilidade daquilo que praticamos. Não pense você que um governador vai aceitar um ato beligerante e continuar bonzinho.

Geraldo Magela — Eu uso o termo privilégio para exemplificar um aporte de recursos definido pela Constituição.

Osório: "Se nós tivéssemos nossa representação, não estaríamos pedindo ao presidente um governador que seja comprometido com a cidade. Por isso é que ela é importante para nós".

Décio Munhoz — Eu acho que o Magela tem razão. O que se discute é aporte de recursos. Existem certos custos que o Governo Federal tem de arcar com Brasília. Além do mais, Brasília ainda é uma cidade em construção e as cidades-satélites ainda precisam de alguns investimentos urgentes. Até há pouco tempo, fora do Plano Piloto, a existência de sistema de esgoto era zero. Tem um fato interessante: eu não conheço um estudo concreto que diga que tal cidade-satélite não tem capacidade de arrecadação. O IBGE indica que centenas de municípios brasileiros têm uma população pequena, mas contam com autonomia financeira e administrativa. Financieira dentro deste contexto de distribuição de ICM, Imposto de Renda, que se dá a nível federal e estadual. Poderemos colocar em dúvida se as cidades-satélites não são autônomas. Talvez o que se pode levantar é que estas cidades talvez não tenham capacidade de arrecadação que fosse suficiente para o nível de investimentos de suas necessidades atuais. Isso poderia provocar um desequilíbrio. Eu tenho uma preocupação

muito grande do tipo "colocar um macaco numa loja de louças". Mas também não podemos colocar óbices que dificultem o aprimoramento do regime democrático. Estas questões precisam ser discutidas e a Assembleia Legislativa acaba sendo um instrumento insubstituível.

Pompeu de Souza — A União precisa definir aportes financeiros obrigatórios para o Distrito Federal. Se a legalidade for respeitada, esta questão do prefeito não ser amigo do governador acaba não tendo muito consequência. Existindo a lei, ela tem de ser cumprida. Hoje a lei não é cumprida em função do regime de arbitrio. Se levássemos esta questão das divergências à risca, não poderíamos aceitar as eleições para prefeito nas capitais. O prefeito eleito pode ser de um partido diferente ao do Governador. Esta discussão provém do ato do cachimbo, do regime arbitrário. Um exemplo desta falsa discussão é Washington: a cidade é administrada por um prefeito do partido Democrata, além dele ser preto.

Amauri Serralvo — Esses 20 anos me preocupam. Em Brasília estamos com muita sede para ir ao pote porque ficamos 20 anos sem representação. Aqui foi colocada a questão da movimentação de rua. Ora, se um Governo fosse temer este fato, ele estaria desgracado. Nós vamos ter agora a liberdade sindical. O que me parece fundamental, no momento, é a geração de recursos e de empregos. Estamos formando em Brasília uma Baixada Fluminense. Daqui há 10 anos o Distrito Federal não terá condições de oferecer empregos à sua população.

Dizem que Brasília não está organizada politicamente, mas a verdade é diferente. Quando vier a representação política, nós do Plano Piloto, que estamos muito sossegados, vamos ficar chupando o dedo. Os moradores das cidades-satélites já estão bem organizados.

José Libério Pimentel — Esta questão do prefeito da cidade-satélite não se afina com o Governador é uma preocupação muito próxima ao sistema vigente. Recentemente o senador João Calmon nos disse uma verdade: o governo só cumpre a legislação que ele tem interesse; aquela que lhe é considerada prejudicial ele não cumpre. Há vista que o orçamento para a educação, a revelia de emenda aprovada no Congresso, não foi alterado. Delfin chegou a dizer que já estava dando pessoalmente muito dinheiro para a educação.